



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

Gerdon Cavalcante Maciel

**Cultura Política e o Mercado de Votos
na Dinâmica Eleitoral em Barreira-CE**

ACARAPE - CE

2024

Gerdon Cavalcante Maciel

**Cultura Política e o Mercado de Votos
na Dinâmica Eleitoral em Barreira-CE**

**Trabalho de Conclusão de
Curso (TCC) apresentado ao curso
de Bacharelado em Humanidades
(BHU), vinculado ao Instituto de
Humanidades (IH), da
Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira (UNILAB), como
requisito final para a obtenção do
título de Bacharel em
Humanidades.
Orientador: Prof. Dr. Gledson
Ribeiro de Oliveira.**

ACARAPE– CE

2024

GERDON CAVALCANTE MACIEL

**CULTURA POLÍTICA E O MERCADO DE VOTOS
NA DINÂMICA ELEITORAL EM BARREIRA-CE**

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades(BHU) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

DATA DE APROVAÇÃO:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gledson Ribeiro de Oliveira.(Orientador)

Prof. Dra. Janaina Campos Lobo.(Convidada Interna)

Prof. Dr. Mário Henrique Castro. (Convidado Interno)

ACARAPE-CE
2024

SUMÁRIO

- 1. APRESENTAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO**
- 2. JUSTIFICATIVA**
- 3. OBJETIVOS**
 - 3.1. OBJETIVO GERAL**
 - 3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**
- 4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**
- 5. METODOLOGIA**
- 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES**

Resumo:

O presente trabalho pretende pesquisar e debruçar-se nas perspectivas da política local no município de Barreira-ce, com o objetivo de demonstrar as problemáticas em relação à cultura política da barganha de votos no município, demonstrando o percurso que esse fenômeno causa a democracia e a todo o processo da ação do voto. O trabalho faz um percurso histórico da política e suas oligarquias no município, bem como os artifícios políticos antigos ainda pertinentes. Utilizando Monalisa Torres(2019) e Rejane Carvalho(1997) como base para entender o percurso para a emancipação e formação da política local em Barreira-ce. Como aporte teórico para essa futura pesquisa utilizo Victor Nunes Leal(1984) e suas análises sobre a política local e o coronelismo, assim como José Murilo Carvalho(1997) conceituando melhor a relação entre mandonismo, coronelismo e clientelismo. Assim como Francisco Farias (2000), ajudando a compreender a realidade atual nos municípios pequenos do nordeste. E Eric Sabourin(2020), relatando melhor como acontece as barganhas dos recursos públicos em organizações sociais rurais. A metodologia segue uma análise de teóricos, onde posteriormente serão feitas as entrevistas e o tratamento de dados, seguindo uma linha de estruturação em questionário que pretende exemplificar e abordar os temas de forma elaborada, mas com a abertura de diálogos que possam vir em consonância com a entrevista.

Palavras chaves: Política Local, Democracia, Voto, Clientelismo.

1. APRESENTAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Introdução

Nas faces das relações entre a sociedade e a política, percebi que esse envolvimento é centrado e articulado como um jogo, e parece que a grande moeda de troca é moldada de acordo com as diversas perspectivas desse cenário. Uma das questões centrais, seria articulada dentro do campo do voto, em que a dinâmica das políticas locais articulam o poder público através das relações sociais, envoltos sobre um déficit democrático, que pode ser percebidos pela análise das relações entre estado, elite e a população. Cabe aqui refletir que o campo da política não difere das ações sociais cotidianas, elas apenas são ampliadas nesse campo que demanda maior interação entre indivíduos com suas propostas e planos para a massa popular, um poder exercido através de uma conduta de fé, legitimidade, ou através da força (WEBER, 1918). Dessa forma as articulações são amplas e atuam nessas fissuras sociais, definidas com o objetivo de alcançar um poder, que consequentemente, consiga orquestrar seus tentáculos na população.

Busco dessa maneira, explicar como o modo de organização de Barreira-ce demanda uma forma diferenciada de “Fazer política”, possibilitando uma simbiose entre velhos e novos artifícios políticos, sobressaindo sempre semelhantes atores e recursos em suas campanhas. Sondando assim neste trabalho inicial as dinâmicas políticas de sua emancipação aos dias atuais no município de Barreira-CE, e a ascensão dos Prefeitos em questão, suas manobras e a trajetória para constituir sua identidade e capital político dentro do município.

A cidade localiza-se no estado do Ceará, na região do maciço de Baturité. Não tão distante do centro de Fortaleza (aproximadamente 63 km), porém, longe o suficiente para caracterizar-se como uma região pacata, e de modesto desenvolvimento econômico. Com mais de 22 mil habitantes (IBGE, 2021), uma região caracterizada por serras e sua cultura interiorana. A cidade teve sua emancipação política no ano de 1987 através da Lei Estadual 11.307, decretando seu desmembramento de Redenção, além de sua delimitação como um novo município. De acordo com os dados mais recentes de 2017 sobre o perfil estatístico coletados pelo IPECE (Instituto de pesquisa e estatística do Ceará), sobre o município, sua característica socioeconômica encontra-se na zona rural, com a maioria de sua população concentrada nas agremiações da cidade. A maior fonte de renda acumula-se na prestação de serviços, e em segundo a agropecuária. Atualmente a cidade é bem conhecida pela produção de cajú e seus derivados, bem como por meio da agricultura familiar, e a confecção de jeans, que é outro ramo bem desenvolvido na cidade. (IPCE, 2017)

Problematização

Em seus períodos políticos, a cidade sempre tomou forma com as grandes elites locais, que detinham de recursos e utilizavam como forte influência na obtenção de poder. A criação do município se deu a partir das leis criadas na década de 80, e a constituição de 1988, que promulgou uma visão mais federativa dos municípios em seus processos de emancipação e autonomia(TOMIO, Fabrício. 2005). No caso do Ceará a política se modificou trazendo uma mudança nas elites estaduais, sendo eles empresários que tinham como lema a modernidade e o desenvolvimento industrial, rompendo justamente com o ideal político dos coronéis. Possibilitando a formação de novas perspectivas políticas e novos atores para tais esferas estaduais e federais.(TORRES, Monalisa apud CARVALHO, Rejane. 1997)

Antes de 1987, Barreira era distrito do então município de Redenção-Ce, comandada por Brunilo Jacó de Castro e Silva(dr. Brunilo Jacó). Chefe político que comandou essa área durante quatro décadas(1950-1980) no município de Redenção-Ce, tinha sua influência nas agremiações da cidade, consolidando-se na região. O seu poder como chefe, advém de sua posição enquanto grande fazendeiro, e além do seu prestígio social como advogado e “médico”(mesmo não tendo uma formação específica como médico, realizava consultas com seu próprio conhecimento, e receitava tratamentos). Ele também mantinha ligações com figuras importantes do cenário político estadual, em que dentro dessa relação obtinha privilégios dos recursos públicos e privados, na construção de obras e distribuição de empregos. Com isso, Jacó conseguiu manipular a política como um verdadeiro chefe local e consolidou a liderança familiar em todo o território. (TORRES. 2019)

Nas eleições de 1982, os filhos de Jacó, o então Antônio Jacó e Ernani Jacó, se elegeram como Deputado Estadual e Prefeito pelo Partido Democrático Social (PDS), em Redenção. Dessa forma os movimentos emancipatórios de 1980(TOMIO, Fabrício. 2005), fortaleceram um movimento de criação de novos municípios com reuniões pleiteadas por empresários, comerciantes, produtores rurais e professores. Mas existia também o movimento que afirmava, desde antes, que a separação dos municípios poderia acabar gerando mais problemas públicos do que benefícios. (TORRES. 2019)

Com grande apoio do governo estadual e do senado, o deputado Antônio Jacó foi articulando dentro da estrutura uma organização clientelista, e com isso foi consagrado como chefe político do Vale do Acarape(território das duas cidades, Barreira e Acarape). Mas com as mudanças instauradas por Tasso Jereissati, que rompia com as oligarquias, e o crescente apelo do povo de demais chefes políticos, que ganharam força desse modo, com as novas adequações do

progresso político, Antonio Jacó precisou aderir a emancipação para manter rígido suas bases eleitorais. Segundo informações da época, Barreira detinha de um grande capital político, sendo sempre decisória nas disputas políticas de Redenção, o que justificava o deputado manter seus laços fortificados naquela área.

(...)eu já deputado, eu tinha o sentimento de dúvida. Havia um conflito: se Barreira se emancipando e se Acarape se emancipando se não iria prejudicar Redenção. Mas aí, os meus adversários de Acarape e de Barreira, eles fizeram o movimento e eu fui compelido a também levantar essa bandeira. É tanto que a iniciativa de emancipação foi do povo de Acarape e de Barreira. (Antônio Jacó foi deputado estadual. Entrevista realizada em 08 de dezembro de 2015. (TORRES, Monalisa. p-82.2019)

A partir disso, o avanço do capitalismo em simbiose com a política é percebido com mais afínco, com as modificações estaduais, o desenvolvimento industrial, e o desmembramento das oligarquias. Transformando o cenário político com o rompimento com a “velha política”, e promovendo a “limpeza” das despesas do estado. Em consequência a promulgação da constituinte de 1988 favoreceu as grandes disputas de movimentos partidaristas, culminando assim na emancipação de Barreira em 1987 e traçando um novo caminho na política da região.

Nas discussões relacionadas às dinâmicas políticas, Sabouni se debruçou em apresentar o conceito de dádiva e mandonismo nas perspectivas das Instituições públicas e projetos que se aproveitam de recursos como o capital social para executar um sistema de dádiva relacionadas às trocas clientelistas. Distingue-se esse sistema enquanto mercado de trocas ocasionadas por uma relação de solidariedade, mas geralmente configura-se uma troca com déficit que provavelmente nunca será quitado. Com um teor e afínco de uma troca “justa” com requintes de amizade, a famosa troca de favores, que amplia-se com o teor e necessidade de cada um. (SABOURIN, 2020)

Podemos perceber que o clientelismo era um fato antes mesmo das disputas eleitorais. Analisando o perfil de Brunilo Jacó como chefe, ele exercia o mandonismo barganhando seus privilégios e conhecimentos, transformando seu capital social em capital político, além de ainda perpetuar os ornamentos do coronelismo, como o controle de votos, e a desorganização dos serviços públicos.

Dessa forma, Monalisa demonstra um sistema de dádiva/dom que nos remete ao mesmo sistema. Em seus trabalhos ela discute essa relação em meio aos processos políticos que aconteceram em Barreira, em que a ascensão dos médicos é analisada, constatando a utilização dessa dádiva para barganhar o voto. Utilizando seus conhecimentos e capital de formação hierarquizada para performar um capital social, o que traz credibilidade para essa representação.

Dentro desse prisma as novas ascensões políticas na cidade trazem uma reflexão acerca dos fenômenos sociais e políticos em que se debruça nas campanhas, bem como a atuação enquanto candidatos detentores de uma narrativa para barganhar o capital do voto. Levando em conta suas trajetórias até o poder, é visivelmente uma “nova” era política, no modo de escolher os representantes nessa cena, que de grosso modo podemos definir esse processo como “Dinâmicas do capital político”.

Dentre os três últimos prefeitos, temos os dois últimos homens e recentemente uma mulher. Analisando as condutas de Antonio Peixoto, contribuiu com os avanços do capital agropecuário e a educação, assim ganhando fama não só em seu município como em todo maciço de Baturité. Já Alailson Saldanha foi realizador da distribuição de cisternas no projeto da ong OBAS(Organização Barreira Amigos Solidários), que recebia recursos do estado e de capital privado nacional e internacional, esse projeto foi o que movimentou suas campanhas.

Atualmente a prefeita da cidade é uma médica, Maria Auxiliadora Bezerra Fachine, que utilizou de suas atuações voluntárias para distribuir consultas de graça à população, com uma longa lista de pacientes e de horas de trabalho cedidas ao povo, consequentemente um projeto de amparo social que solidificou seu populismo na cidade.

A grande chave dessa corrida eleitoral acaba mudando de acordo com o tempo e o recorte local, mas preservando uma configuração em suas campanhas eleitorais dessa barganha de votos proporcionada pela cultura do clientelismo, tão forte no interior. A partir dessa análise, percebi que as antigas estruturas do voto de cabresto ainda persistem em Barreira, porém atualmente de forma repaginada e em constante mudança de acordo com as dissidências da temporalidade política.

O clientelismo é bom exemplo de conduta seguida por políticos dessa região, o famoso conceito de clientelismo, que desapropria toda uma consciência racional, em uma troca mercantil de bens de consumo ou favores, em uma valorização de interesses privados usando os ordenamentos públicos, por parte de quem está no poder ou disputa por ele, dessa maneira ganhando vantagem e prestígio social.

Consequentemente a conquista do voto modificou-se, o esqueleto político segue uma estrutura antiga, porém modificada. O funcionamento desse processo apesar de ter sido alterado com o avanço do tempo, ele ainda se utiliza da vulnerabilidade social, a falta de emprego, e de desenvolvimento industrial. A partir dessa defasagem a instituição de maior empregabilidade e rentabilidade de todo o município é a prefeitura, grande distribuidora de empregos, em escolas, postos de saúde, secretarias e entre diversos outros serviços prestados. Criando assim um grande poder em volta dessa entidade municipal, formando assim um jogo das elites pela disputa desse espaço, que se torna um ambiente de tensões em períodos eleitorais. O cerne da questão foge de

uma análise sobre as propostas públicas dos candidatos, e incorpora toda essa mudança em uma figura populista, que deságua em um grande mercado de votos pelas trocas econômicas e políticas.

O que quero exemplificar aqui são os artifícios que a política local se utiliza para manutenção e obtenção de poder, são estratégias utilizadas para ganhar a confiança e prestígio social atualmente. Mas a mercadoria principal que é a relação entre as dinâmicas comerciais e a política moldam o poder e determinam os rumos de cada passo nesse jogo, esse engendramento do voto se dá a partir da barganha.

2. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho tem como objetivo analisar a cultura política de Barreira-ce, buscando entender suas influências e implicações nos comportamentos políticos e sociais dos indivíduos, criando uma ponte com os fenômenos sociais explorados pela ciência política. Este tema é relevante pois traz a discussão política para um campo acadêmico de mensuração dos contextos históricos e a trajetória atual do clientelismo e suas barganhas dentro da política interiorana, tentando inserir-se como base de estudos relacionados à cidade de Barreira-ce.

A escolha deste tema se deu pela minha indagação nos processos políticos que ocorriam na cidade, bem como um jovem inserido nesse contexto, pude perceber como essas adversidades acontecem na minha família e comunidade. Percebendo as manobras políticas que a população é afetada em conversas corriqueiras que se apresentavam em reuniões familiares. O estopin se deu com meu envolvimento enquanto militante de um partido de direita, onde fui pago pelo trabalho de disseminar uma campanha política para deputado federal. Além disso, acredito que com o debruçar da pesquisa possa sobressair diversos relatos e vivências que serão devidamente embasadas.

O trabalho deverá ser realizado concomitantemente com as análises de entrevistas semiestruturadas e com uma abordagem em questionário, validando esse processo com dados de campanhas e sobre a história dessa cidade. Essa abordagem é importante porque amplia nossa visão sobre o que quero relatar desde já.

Por meio deste trabalho, espero contribuir para uma tomada de consciência enquanto pesquisador, não espero modificar a realidade como apenas uma pessoa produtora de conhecimentos científicos, mas espero que esse projeto possa chegar a comunidade e gerar uma discussão sobre a normalização da política vigente neste município pequeno, e em outros com realidades bem parecidas dentro do maciço de Baturité. E dentro desse processo estou aberto a feedbacks e sugestões que possam aprimorar ainda mais este estudo.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

O objetivo desta pesquisa é analisar a cultura política de Barreira-ce, buscando entender suas características, influências e implicações na formação de opiniões e comportamentos políticos dos indivíduos, relacionando esses indicadores com os fenômenos sociais explorados pela ciência política. Através de uma abordagem qualitativa, pretendemos explorar como os valores e práticas políticas moldam a interação dos cidadãos com o sistema político.

Objetivos Específicos:

- Estudar a influência do coronelismo, mandonismo e clientelismo no desmantelamento da democracia no Município, com foco nas dinâmicas de poder entre as elites e a população.
- Mensurar as mudanças políticas enquanto fenômeno que se alinha com o capitalismo e o sistema de barganha política. Dessa forma, examinando como a relação entre economia e política pode influenciar a prática democrática, particularmente em relação ao clientelismo.
- Explorar as dimensões éticas e afetivas nas relações clientelistas, vendo como sentimentos de amizade, respeito e obediência influenciam a dinâmica entre representantes e o povo em municípios pequenos como Barreira.
- Percebendo como essas relações performativas se relacionam com as instituições democráticas. É importante entender se os cidadãos se sentem engajados ou alienados em relação ao processo político e como isso afeta sua participação nas decisões coletivas.
- Pretende-se identificar as barreiras à participação política e suas consequências para a mobilização social. Essa pesquisa permitirá entender os desafios enfrentados pelos cidadãos em se engajar politicamente e as possíveis soluções para fomentar uma cultura de participação ativa e inclusiva.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Antes de discutir o conceito de clientelismo é importante apresentar nosso entendimento do que seja democracia (liberal) e representação política. Segundo o filósofo italiano Norberto Bobbio (2006), a partir da sociedade grega, a democracia define-se como governo de muitos, das massas, ou mandato do povo. E é caracteristicamente uma das formas de governo, em tese, que perdura até os dias de hoje em diversos países, com suas modificações e estruturação diversa, mas seguindo o mesmo significado inicial.

Em continuidade o autor também fala que uma das modificações pertinentes nesse modelo, que seria o modo de executar o direito dos indivíduos, suas deliberações e opiniões, ele difere essa mudança em duas. À democracia dos antigos, que seria a democracia direta das cidades medievais. E em contraposição, à democracia dos modernos, que seria no caso, a democracia representativa, que se instaura com o surgimento do Estado Constitucional moderno.

Dessa forma, a alteração desse formato modifica o modo de execução dos direitos em sociedade, elegendo representatividades. Em suas ideias a única forma de organizar e gerenciar o direito em um Estado de demasiado tamanho, seria através da representação, já que seria a melhor forma de manter a síntese da opinião pública em grandes conglomerados.

Ele também faz reflexões sobre como o formato direto precisa de uma estrutura para garantir legitimidade. Com isso, Bobbio utiliza as análises de Rousseau para explicar o que antes deve ser adotado na democracia direta. Em que Rousseau determina que o estado; em primeira instância deve ser necessariamente pequeno e “seja fácil ao povo se reunir”; em segundo lugar, “uma grande simplicidade de costumes”; além do mais, “uma grande igualdade de condições e fortunas”; por fim, “pouco ou nada de luxo”(BOBBIO, 2000. p. 33). Ou seja, a democracia direta é uma organização em comunidade, e para que seja democrática, precisa desses ornamentos, para que seja possível a disseminação de uma opinião direta sobre o meio político-social.

Dessa forma, em continuidade as contradições acerca da representatividade foram se adequando às diligências dos federalistas, que resistiam às mudanças. O que não se esperava, era o enfraquecimento do poder popular, já que as representações consistem em um poder que está sendo exercido indiretamente pelo povo. Em tese, o representante seria o indivíduo da massa que se expressaria, diante dos interesses, melhor que seus representados, mas entra em contradição pois para manter os direitos governamentais do povo, o representante não poderia prezar pelos interesses de seus representados apenas, e sim da massa, dito isso se agisse dessa forma estaria rompendo com o princípio democrático. Nessa reflexões acerca da representatividade entra-se em um dilema das ciências políticas acerca do representado, qual seu

papel como representante ? deve o representado exercer o poder sobre o representante? o que é essa representação?

Uma problemática importante para nossa discussão mostrada pelo autor, é a contradição entre duas linhas de pensamento sobre o liberalismo e a democracia antiga, que tem distintas visões sobre como o sistema deve se desenvolver, e como nessa pauta devemos nos ater sobre a liberdade do ser e a igualdade de todos. Do ponto de vista organizacional em sociedade, a igualdade e a liberdade são antagônicas, como reflete o autor, “ liberdade e igualdade são valores antitéticos, no sentido que não se pode realizar plenamente um sem limitar fortemente outro”(BOBBIO, 2000. p. 39).

Assim uma sociedade liberal de modo geral não é igualitária, pois o desenvolvimento é individual e com o Estado é mínimo, cada um pode constituir individualmente seus patrimônios e formular uma organização individual, sem se preocupar com o desdobramento de legislações e pautas de um governo popular. Com isso, uma sociedade liberal é sem dúvidas uma organização não igualitária, e para um “igualitário”, a finalidade do desenvolvimento gira em torno da comunidade, sendo assim uma organização que preza pelo desenvolvimento dos sujeitos de forma igual e com distribuição síncrona dos recursos sociais e econômicos, dessa maneira o igualitarismo é indubitavelmente não liberal, ou seja, sem a liberdade dos indivíduos, pois nesse sistema o estado deve prezar pela igualdade em sociedade.

E entre essa contradição, surgiu também a modulação da igualdade compatível com a liberdade, é uma espécie de igualdade que se molda com a liberdade individual, isso significa que cada um deve desfrutar da liberdade até o ponto onde essa “liberdade” seja na mesma amplitude que a do outro. E dessa forma o estado liberal, fomentou seus princípios, que seriam o da igualdade perante a lei, e a igualdade dos direitos.

Um serve para assegurar que as leis serão aplicadas de maneira igualitária perante todos os indivíduos do sistema. Da mesma forma, no quesito legislativo, em tese, a lei é direcionada a todos os cidadãos de maneira igualitária, garantindo julgamento imparcial perante a lei, com tribunais de justiça que prezam pela igualdade de todos no cumprimento da constituição legal vigente. E na instância do direito, cabe desfrutar da equidade nos direitos de cada indivíduo na utilização dos privilégios da sociedade. Um grande exemplo que Bobbio menciona, e que podemos facilmente escutar em tribunais brasileiros a seguinte frase, “ A lei é igual para todos” (BOBBIO, 2000 .p.40), essa é uma afirmação dos princípios liberais formulados através das discussões sobre igualdade e liberdade, em um sistema democrático-liberal.

Em minhas interpretações do estado liberal atualmente, proponho pensar na separação das instâncias econômicas das legislações, e dos direitos. Dessa maneira, os indivíduos têm a livre liberdade de acumular riquezas através de suas propriedades privadas, tendo que distribuir

minimamente esse patrimônio para o estado em forma de impostos, mas seguem acumulando riquezas pelo princípio da desigualdade social e a expropriação do trabalho no sistema capitalista. No quesito legislativo e do direito de cada cidadão, em tese, a lei garante a liberdade perante a igualdade, como vimos. E na instância do direito, cabe desfrutar da equidade nos direitos de cada indivíduo na utilização dos privilégios da sociedade. Cabe analisar também o cumprimento da lei, mas podemos refletir a posteriori, nas reflexões de como a democracia é desvinculada de seus princípios por um sistema econômico.

Um dos precursores do ato do sufrágio universal foi John Stuart Mill, que acredita na liberdade do indivíduo na obtenção do seu próprio desenvolvimento. Dentro dessa reflexão sobre a democracia representativa, Bobbio nos mostra que a perspectiva do elo entre liberalismo e democracia conceitua um acesso, digo esse termo “acesso”, como pleno uso das possibilidades que o estado estrutura suas ações na promoção da liberdade. Dessa forma, de acordo com Mill, a aquisição de benefícios caminha para a liberdade, pois uma das grandes preocupações com o sistema representativo seria a tirania da maioria, tendo em vista que essa maioria poderia promover interesses próprios. Por isso a reforma eleitoral inglesa de 1832, recalcula as participações da massa em seus processos eleitorais, adquirindo mais acessos democráticos ao voto. Outra forma de manusear o poder e nivelar esse processo, de acordo com Mill, é mudando o sistema majoritário do voto, onde quem obteve mais votos é eleito, para o sistema proporcional, onde as minorias também fossem atendidas com sistemas eleitorais que possibilitem a adequação de demais representantes, e não apenas um. Dessa forma, a adequação às demais representações serviria como uma barreira para o abuso de poder da maioria, e consequentemente evitando a degeneração da democracia. (apud FERES JÚNIOR, 2010. p. 144).

Outro expoente da teoria da democracia é o filósofo e pedagogo estadunidense John Dewey. O conceito de democracia definido por ele se distingue de sistema de governo. A democracia se colocaria acima do Estado e deveria ser cultivada na família, escola, religião, economia e demais esferas da vida social. O sistema de governo que ele denomina de *democracia política* se espelha na ideia de democracia, pois todas as instituições do Estado se instrumentalizam para formar uma sociedade democrática, já que a distribuição de recursos e discussões acerca da sociedade é hierarquizada nesse formato liberal.

Democracia política, isto é, a democracia como um sistema de governo, com seus arranjos políticos e instituições formais, consiste meramente em um mecanismo destinado a assegurar canais efetivos de operação para a ideia de democracia. Ou seja, a democracia política poderia a qualquer momento ser revista, modificada, sem que isso afetasse a ideia de

democracia, porque “a ideia irá encontrar uma máquina política mais adequada para, através dela, continuar funcionando” (apud FERES JÚNIOR, 2010. p. 144).

Como discutimos, um dos grandes problemas da implementação da democracia representativa é o distanciamento da população em relação à política e a falta de ação e diálogo do representante eleito junto à comunidade. Mas o que é representação política? Seguindo a discussão de Hanna Pitkin (apud FERES JÚNIOR, 2010), a origem é romana e significa trazer à presença algo ausente. O termo só foi incorporado à política moderna em meados do século XVIII após os avanços das discussões na ciência política. A autora discute o paradoxo criado na tentativa de definição dessa palavra e a realidade de seu significado em duas variáveis: a *stranding for*, no qual a representação se dá enquanto algo semelhante, e o *acting for*, que torna a ausência uma presença no ato de representação, ou seja, a coexistência do indivíduo representado no representante, “a presença do representante justifica-se e se valida pela ausência do representado, assim como a ausência do representado justifica-se e é validada pela presença do representante” (PITKIN apud FERES JÚNIOR. 2010 p. 139). Ou seja, na ausência de toda uma população(muitos indivíduos) torna-se um lugar de presença desse “representante”. Essa questão não só foca na ausência de um representante, mas na presença da ausência, ou seja, o indivíduo que representa, tem uma ‘identidade’ de uma presença com o ser ausente. O cerne dessa questão nos leva a visualizar que na política tradicional a participação do cidadão acontece principalmente por meio da representação de um agente eleito pelo voto.

Para Nadia Urbinati (apud FERES JÚNIOR, 139) “a representação é a instituição que possibilita à sociedade civil identificar-se politicamente e influenciar a direção política do Estado”. Não obstante, é mais importante para a autora a problemática do nosso déficit democrático do que pensar o conceito de representação. Para democratizá-la é necessário o diálogo e escuta da sociedade nas tomadas de decisões. É necessário portanto reduzir o foco no processo eleitoral dos representantes em nome da soberania popular e mais na democratização da sociedade.

Uma das principais problemáticas da democracia gira em torno da perspectiva eurocêntrica, identificando dessa forma o seu processo civilizatório como única possibilidade de desenvolvimento e obtenção de uma sociedade mais igualitária. Como o Norte global se coloca como o centro da ciência e do conhecimento pelo seu viés neoliberal, a inviabilização dos conhecimentos do sul global, transforma essa reflexão em uma linha abissal, que inviabiliza novas interpretações e possibilidades de organização social vinda de populações que sempre estiveram à margem. Sem falar que esse processo de considerar o norte o berço da humanidade, enquanto o sul é colocado como ignorante, acaba desumanizando esses indivíduos, desmembrando o tão discutido governo do povo. Dessa forma, a linha abissal criada, estrutura

uma desigualdade em suas representações, e consequentemente nos projetos políticos advindos dessa margem, que é silenciada para a obtenção dos processos “civilizatórios” do norte global. “(...)do outro lado da linha abissal não é possível a democracia porque todas as práticas e vivências democráticas são invisíveis ou consideradas irrelevantes, numa maciça produção de ausências.” (SANTOS, 2018), ou seja, nesses processos essas populações vivem dinâmicas diferentes e necessidades públicas diferentes, muitas vezes a ausência pública é premeditada na democracia liberal. O capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são exemplos de processos que reverberam o facismo e tira da massa popular a possibilidade de experienciar a democracia real, dessa forma sabemos que o processo democrático é antagônico a isso, quanto aos seus pressupostos universalistas. As epistemologias do sul, que seria esse resgate de novas possibilidades de pensar o mundo através dos conhecimentos, nos propõe pensar formatos diferenciados de democracia. Cabe a partir disso pensar utópicamente uma democracia pós abissal, que se sobressaia em relação a esses problemas causados nessa divisão social. As ideias sobre demodiversidade, a amplificação da democracia em diversos eixos sociais, a relação entre democracia representativa e participativa, as formas de deliberações da população, são linhas de raciocínios que dialogam com a sabedoria já existente das epistemologias do sul, para a partir disso recalculas as dinâmicas políticas vigentes, gerar essa possibilidade de escuta maior da margem social, para uma experiência de democracia que se encaixe nos moldes culturais. Um exemplo é a democracia comunitária, adotada desde sempre por comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, em que a identidade, o território, a preocupação ambiental e diversos outros campos da vida social de cada esfera popular entra em diálogo com a política (SANTOS, 2018).

Na política brasileira, coronelismo, mandonismo e clientelismo são conceitos explicativos centrais dos processos de desmantelamento da democracia. Começemos pela forma de organização político-partidária da Primeira República: O coronelismo. Com o advento do regime republicano a aliança entre São Paulo e Minas Gerais desaguou na chamada política do Café-com-leite, ordenada a partir das grandes elites dos estados mencionados, articulados com intuito de comandar a economia brasileira e manter a linha de sucessão na presidência. Esse pacto nem sempre era harmônico, existiam dissidências e diversas formações de apoio de outros estados, como Bahia e Rio Grande do Sul. A população se caracterizava na época em sua maioria por agricultores e analfabetos. Em 1889 a população era de 13,7 milhões, com 85% de analfabetos. As mazelas sociais são pontos cruciais nas barganhas políticas, exemplos como o desemprego, a defasagem no sistema de saúde, são situações que não existiam na primeira república, tornando o ambiente bem mais propício ao desmantelamento da democracia. O voto de cabresto era uma grande forma de barganha garantida nesse período, no contexto da formação

da república, as oligarquias locais com seus coronéis, donos de vastas terras, decidiam quem a massa trabalhadora deveria votar, em quem o coronel apoiava, seja qual for o partido ou seus candidatos, os agregados de suas terras ou trabalhadores eram forçados a apoiá-los também (FAUSTO, 2013).

Quem definiu o fenômeno do coronelismo de forma completa foi Victor Nunes Leal(1984). Em sua análise não se contentou em descrever o caso apenas como fenômeno, e sim uma relação entre município, Estado e União. O coronelismo não é simplesmente um fenômeno da política local e sim um sistema que precisa ser observado de diferentes perspectivas. Desenvolvendo de maneira totalitária e agregando diversas outras visões, sem atribuir um foco pleno em dicotomias, incluindo em suas observações as adversidades sociais, econômicas e políticas.

Dessa forma catalogou o coronelismo como um período histórico da política brasileira, um momento em que o público e o privado se mesclavam, tencionava-se e até se corroía em algumas ocasiões, o coronel e o estado tinha suas limitações mas comungavam dessa troca, articulando o poder de cada esfera nessa relação. A relação entre esse sistema e a representação, advém da sua má compreensão inicial de uma democracia partidarista, por meio dessa fissura constitucional e da desigualdade articularam tal estrutura em dado momento da história política. Para Leal, o coronelismo é o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Onde nessa passagem, ele revela que o poder privado se mecaniza através desse sistema para não perder o demasiado poder que continha. A questão da desigualdade na distribuição de terras é o ponto chave para entender essa relação de poder, em que o coronel é o detentor das peças dessa estrutura agrária desigual, e o governo como sabe dessa posse e poderio desses indivíduos procura se vincular nesse mercado de trocas votos, em uma aliança política, assim como os coronéis aproveitam desses privilégios, ornamentos judiciais e outras questões constitucionais que o governo lhes oferece. (LEAL, 1984)

Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL,1984 , p.23)

Mais recentemente, José Murilo Carvalho retomou a discussão conceitual do coronelismo articulando-o com o de mandonismo e clientelismo. Diz o autor que por falta de análises mais profundas a discussão torna-se circular e desorganizada pois esses conceitos demandam um estudo minucioso de cada caso nos termos clássicos da política brasileira e internacional. Compreende-se de maneira geral no campo da ciência política que a maioria das leituras

presentes o coronelismo é entendido de forma rasa, como um artifício político manuseado pelos coronéis e o Estado. Seguindo Victor Leal, o coronelismo deve ser entendido como um sistema político que se molda através da conjuntura política e da sua configuração de poder. Contudo o coronel é visto como parte do sistema, e não uma peça principal dessa organização política Histórica. “O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel” (CARVALHO, 1997. p.1). Essa disparidade de poder era muito proveitosa para o Estado, já que na modulação desse poder os coronéis serviam como peça chave nos currais eleitorais. Apesar de não ter tido continuidade após o Golpe de 1930 de Getúlio Vargas, ele perpetuou sob outra forma, o mandonismo. Na visão de Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e têm de recorrer ao governo, ou seja, o mandão no período histórico político do coronelismo, caracteriza-se pelo coronel dono de vastas terras. O indivíduo que controla algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. Para Carvalho o clientelismo pode ser comprado em partes com o coronelismo e o mandonismo, porém se distingue dele enquanto fenômeno atemporal, dispensando a sua ligação com chefes, os mandões, ou potentados. Figuras que exercem um encadeamento no exercício dessas relações de trocas, em que existe a barganha mas ela se dá a partir de uma “ordem”, pois a dependência da massa sobre os latifúndios direciona seus votos aos coronéis e chefes. Já o clientelismo exprime uma relação onde ocorrem trocas de benefícios entre atores políticos, e no caso brasileiro os recursos públicos são barganhados em troca do voto, conseqüentemente o cidadão depende do político, mas assim pode avaliar melhores propostas nessa troca. Ou seja, o coronelismo é marcado por esse enfraquecimento dos donos de terra e essa barganha entre o estado e eles, dessa forma o clientelismo é um fenômeno que está acima do coronelismo, pois não necessariamente precisa de um coronel para estruturar a ligação dessas trocas com o público e o privado. Configurando-se como uma barganha do voto de maneira geral, é essa a mercantilização do ato. Sendo assim, o clientelismo nunca deixou de existir na história política do Brasil e do mundo. (CARVALHO, 1997)

Para Francisco P. Farias (2000), coronelismo e clientelismo foram/são os grandes ordenadores da vida política no nordeste brasileiro. A política clientelista ligada ao voto veio substituir antigos laços de lealdade pela oferta de benefícios materiais. Segundo Avelino Filho (1994) essa intermediação se dá pela moeda política que é o favor, o que implica uma condição de débito a ser cobrado. Já Evelina Dagnino (1994) escreve que a cultura política clientelista está implantada na sociedade brasileira em diversas esferas da vida social: na família, no Estado,

no trabalho, nas instituições escolares, na assistência social, na cultura. Nessa tradição, as relações sociais estariam fundamentadas, principalmente, no clientelismo, apadrinhamento, desigualdade e violência. Maria Yazbek (1993, p. 50) chama de matriz a favor da cultura do assistencialismo no desenvolvimento social que deveria entrar em tensão ou em contradição com grupos e movimentos sociais ativos, que reivindicam o exercício pleno de sua cidadania.

De acordo com Eric Sabourin, em suas pesquisas sobre a interação pública da sociedade com o estado, a repaginação das práticas clientelistas ressurgem sempre como mediadora das relações nesse meio, principalmente em suas análises sobre o meio rural. Dessa forma criando novos artifícios para a atuação da representatividade e da relação com a esfera pública. Com a estruturação da democracia participativa, o desenvolvimento da participação popular não se deu apenas no âmbito das eleições, mas também nas implementações de projetos, políticas públicas e organização de programas. Esse meio de participação se dá através da descentralização de poder na criação de esferas municipais, como os conselhos, nos setores da educação, cultura, saúde, desenvolvimento rural, segurança alimentar e outros. Caracterizando assim um modo de inserir um pouco mais a opinião da massa popular na opinião pública, além dos legitimados em votação. (SABOURIN, Eric. 2020)

No setor rural, essa afirmação participativa e as novas perspectivas de territorialização começaram com a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS) juntamente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Agregando subsídios para o financiamento de infraestruturas coletivas municipais, distribuídas com um diagnóstico do CMDRS. (Grisa et al., 2014 apud SABOURIN, Eric. 2020)

O que Sabourin identificou em sua pesquisa, é que a nova fórmula do clientelismo que se entranha nessas organizações. O funcionamento dessas instituições acontecem diversos furos que possibilitam essa atuação de disparidade entre essa relação do Estado, agricultores pequenos e o meio privado, sendo uma relação de clientela que absorve os furos das leis democráticas. O primeiro aspecto problemático no estudo feito pelo autor seria a exclusão desse público alvo, os agricultores familiares e suas organizações. A seleção de representantes para os projetos não estava ligada aos Conselhos Municipais do Território de Águas Emendadas (TAE), e sim a instâncias de serviços do governo federal (MDA) ou do Estado Federado. Já na Comissão Territorial de Águas Emendadas (COTAE), a exclusão de setores minoritários da agricultura familiar (povos tradicionais, quilombolas e sem-terra) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por não agregarem valor eleitoral às disputas administrativas. O segundo mecanismo é a existência de antigas relações clientelistas entre os Agentes dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em alinhamento com Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e os representantes dos agricultores familiares, um jogo de

interesse público que manipula a representação dos coordenadores dos projetos ao benefício do círculo empresarial e federativo. Seguindo a representação em todas as instâncias de poder representativos instrumentalizados pelas EMATER, se beneficiando dessa forma com os projetos. Outra problemática seria o alinhamento das Ongs, na tentativa de suprir a falta de funcionários, porém com isso as ong também trouxeram seus interesses políticos e seus alinhamentos partidários(SABOURIN, Eric. 2020)

Todos os artifícios formam um grande linha de embasamentos que acontecem com as novas modalidades de enfraquecimento da democracia nesses processos que buscam uma deliberação de projetos para a população, nisso o interesse público e privado entram sempre em primeiro lugar, com o jogo administrativo minimamente articulado com clientelismo nessa negociação dos recursos públicos. O que acontece muitas vezes dentro dessas cooperativas, conselhos, colegiados necessitavam de uma representação de agricultores familiares, o que acontece com essas representações e sua corrupção dentro do processo, para alinhar interesses dos presidentes CMDRS, que eventualmente tinham interesses partidários e de empresas privadas do meio rural. A partir desses artifícios a população entende essa atuação clientelismo como uma relação de reciprocidade, com essa propaganda de projetos alinhados com os interesses partidários faz do voto uma forma de agradecimento, uma lealdade dos moradores rurais que necessitam dessas políticas.

Infraestruturas produtivas (casa de farinha, garagem do trator, armazém para produtos) têm sido solicitadas por assentamentos de reforma agrária nos municípios do TAE, muitas vezes, para dispor de um salão de festas, de uma capela, de um centro de reunião ou até de um local para a escola.[...]Por outra parte, os sentimentos e valores éticos produzidos pelas práticas de reciprocidade numa relação de clientela são identificados pelos protagonistas em termos de afetividade: reconhecimento, amizade, confiança, mas também, respeito e obediência. (SABOURIN, 2020. p.12)

Nesse ato de redistribuição dos recursos sobre uma associação do clientelismo com a corrupção nesses espaços, geram trocas mútuas que acontecem sobre um sentimento de solidariedade, e o envolvimento de valores éticos que edificam uma lealdade, ou seja, o voto é um artifício de reciprocidade. Isso caracteriza-se como uma alienação da reciprocidade assimétrica, uma relação desigual que em configuração geral não representa um mal ao conteúdo social, mas dentro das faces impõe uma opressão paternalista, essa relação de obediência dos agricultores e os representantes das associações, conselhos ou projetos. Desenvolvidos sobre a falta dos subsídios rurais que atuam dirimindo as negativas sociais, em tese os projetos não atuam de forma democrática em suas ações efetivas de equidade para os agricultores familiares e

as empresas no meio rural, mas conseguem se articular com essa simbiose do clientelismo em conjunto com os resquícios de uma herança paternalista e a apropriação do capitalismo.

5. METODOLOGIA

A coleta de dados em pesquisa qualitativa não é um processo linear e acumulativo, mas sim iterativo, envolvendo uma relação mais próxima e constante entre pesquisador e participantes. Com isso o objetivo dessa pesquisa é entender e transformar situações percebidas como insatisfatórias em reflexão científica, onde ambos os lados assumem um papel ativo na pesquisa. Instrumentos como observação do objeto, as entrevistas e histórias de vida serão utilizados para capturar as narrativas subjetivas e desenvolver intervenções significativas para a interpretação do problema de pesquisa.

Dentro das análises entendemos que é importante compreender esse trabalho com um foco nas pessoas, e os ornamentos que envolvam a cultura política dessa cidade, com isso o questionário e a mensuração de dados tentará tratar as pessoas como co-autoras nesse processo. Considerando a imprevisibilidade e complexidade da pesquisa, utilizaremos entrevistas para captar as narrativas sobre os fenômenos, buscando entender os significados que os indivíduos atribuem a essas práticas, tentando envolver os participantes nessa discussão para que possam expressar suas opiniões livremente. Extraíndo o que não é dito nas nuances de suas falar com autores que interpretam esses fenômenos. Adotaremos também o respeitando as identidades de algumas pessoas, ocultando seus nomes, para proporcionar uma segurança dos dados que aqui serão expostos.

A pesquisa busca um público alvo, os votantes dessa cidade. O instrumento de coleta de dados será um questionário, aplicado em praças públicas, mercados e locais de grande movimento. Como no questionário se busca mensurar o que se pesquisa enquanto clientelismo e barganha de votos na cidade, entende-se que algumas pessoas não conhecem os termos técnicos, então o entrevistador deverá explicar o questionário e a pesquisa, para que a pessoa esteja ciente do que está respondendo. As questões que apresentarem dificuldade deverão ser esmiuçadas na conversa, ou evitadas se necessário.

A pesquisa seguirá todo o protocolo ético de confiabilidade e o anonimato da pessoa, disponibilizando o questionário em evidência e tornando opcional o uso do nome ou um codinome para as informações, assim como o termo de confiabilidade que será disponibilizado. Adotaremos também o respeitando as identidades no texto, ocultando seus nomes, para proporcionar uma segurança dos dados que aqui serão expostos. As entrevistas serão anotadas

em cadernos e algumas coletadas em formato de áudios, para possíveis informações extra questionário que se dissolvem com a conversa.

Essa pesquisa foi gestada por alguém que morou na cidade, bem como participou de algumas campanhas políticas e se debruçou em analisar seu contexto. Dessa forma, pretende-se manter uma postura crítica sobre sua própria posição e preconceitos, reconhecendo como isso pode influenciar a pesquisa e se distanciando de qualquer pré julgamento.

A mensuração de registros eleitorais, materiais de campanhas e notícias locais serão de necessária obtenção para compor as demandas dessa pesquisa, a fim de legitimar o processo de capital social que os candidatos utilizam nessas manobras. Construindo também um repertório de diversos autores que compõem o entendimento sobre o fenômeno.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

AVELINO, Filho George. CLIENTELISMO E POLÍTICA NO BRASIL. REVISITANDO VELHOS PROBLEMAS. **NOVOS ESTUDOS** N.º 38, Março de 1994. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/george_avelino_clientelismo_e_politica.pdf>

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel. **Demodiversidade: Imaginar novas possibilidades democráticas**. 1º Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 4º reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2000

CARVALHO, J. M. (1997). **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. **Dados**, 40(2). Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt>

Chizzotti, Antônio. **PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**. 2º Ed. São Paulo: Editora Cortez.

DAGNINO, E.; FERLIM, U.; SILVA, D. R.; TEIXEIRA, A. C. C. **Cultura democrática e cidadania**. Opinião Pública, Campinas, vol. V. nº 1, Novembro, 1998, p. 20-71

FARIAS, Francisco Pereira de. **CLIENTELISMO E DEMOCRACIA CAPITALISTA: ELEMENTOS PARA UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA**, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/Vt3rtCnPOQPbVBRLP3BTPCs/?format=pdf&lang=pt>>

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013. Disponível em: <<https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>>

FERES JÚNIOR, João. **Teoria política contemporânea: uma Introdução**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo de 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/barreira.html>>. Acesso em: 8 Abril. 2023.

IPCE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Municipal de Barreira de 2017. Disponível em: <
https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Barreira_2017.pdf>.
Acesso em: 9 de Abril de 2023.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o regime representativo no Brasil**. Companhia das Letras, 7º Ed. 2012.

SABOURIN, E. (2020). Clientelismo e participação nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 58(4), Nº 2

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. **Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul**. Sociologia e Política. n. 24, 2005. p.123-126, 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/3720/2968>> acesso: 09/05/2023

TORRES, Monalisa. **A FORMAÇÃO DE NOVAS ELITES POLÍTICAS NO CEARÁ PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO: O CASO DE BARREIRA E ACARAPE**. Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico de História da Uece -Vol. VII, No 13 . Fortaleza, janeiro - julho. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.